

O que perdemos?

Claudia Costin

Diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais, da FGV. Escreve às sextas

À medida que o segundo semestre de 2022 avança e chegamos perto do Bicentenário da Independência, vale a pena olhar para trás e fazer um balanço do que perdemos desde o início da pandemia e que pode nos dificultar a tarefa de nos constituirmos plenamente como um país autônomo e livre.

Não me refiro aqui só às perdas em vidas e renda decorrentes da Covid, mas às que advêm do potencial humano que não será realizado devido a políticas públicas mal desenhadas ou até desprezadas de 2020 para cá.

Num simpósio realizado nesta semana em São Paulo, na Fundação Getúlio Vargas, participei de um painel sobre o impacto da Covid-19 na educação. Junto com Guilherme Lichand, da Universidade de Zurich, e com Marcelo Neri, Jaana Nogueira e Fernando Abrúcio, da própria FGV, pude debater os resultados das pesquisas mais recentes sobre perdas de aprendizagem decorrentes do prolongado fechamento das escolas no Brasil.

Os dados de evasão escolar, recrudescimento do trabalho infantil e aumento das desigualdades educacionais só não nos assustaram mais porque, infelizmente, naturalizamos no país uma ordem de coisas em que as políticas educacionais não precisam se esforçar na busca por equidade.

A educação básica teve, sim, avanços antes da pandemia, mas eles foram pequenos e muito lentos. A inoperância do MEC durante boa parte do período de fechamento das escolas — chegando um de seus titulares a afirmar que não seria seu papel coordenar a política nacional de educação — explica muito da enorme crise educacional que se seguiu, com cerca de 78 semanas sem ensino presencial e limitações no acesso dos alunos à oferta de materiais e conectividade para seguir aprendendo no período de ensino remoto.

É importante lembrar que boa parte dos municípios conta com não mais de três ou quatro escolas e não tem um número suficiente de profissionais na sede da Secretaria Municipal de Educação. Assim, uma coordenação nacional do gigantesco esforço para assegurar a continuidade da aprendizagem durante o período de isolamento social e para sua recuperação no período de retomada fez muito falta e agravou as desigualdades pré-existentes.

O saldo foi catastrófico. Num relatório recente sobre capital humano, o Brasil foi destacado pelo Banco Mundial como um dos casos mais sérios de perda de potencial humano para a construção do futuro. Precisamos consertar isso com urgência!

Não por acaso, ao referir-se às tarefas para 2023, Fernando Abrúcio, o moderador do painel, chegou a afirmar que caberá ao novo presidente reabrir as portas do MEC, que teriam ficado, por certo tempo, total ou parcialmente fechadas.